



Presidente p.2

Acordo sobre clima e energia é “uma grande vitória de Portugal”



Presidente p.5

“Amplio debate nacional” sobre matérias importantes

# POVO LIVRE



nº 1849

29 de Outubro de 2014

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## A PENSAR NO PAÍS EM PRIMEIRO LUGAR



O Primeiro-Ministro no encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD-CDS/PP

Conselho Europeu

# Acordo sobre clima e energia é “uma grande vitória de Portugal”



“Portugal obteve um excelente resultado” no pacote sobre clima e energia “que se pretendia ambicioso, incluindo a questão das interligações” e que “foi também um excelente desfecho para a União Europeia”, afirmou o Primeiro-Ministro, na conferência de imprensa no final do Conselho Europeu, em Bruxelas, dia 24. “Com este acordo, ficámos mais próximos da realização de um verdadeiro mercado interno de energia”, reiterou o Primeiro-Ministro, enaltecendo que a solução encontrada permitiu “resgatar a meta falhada, estabelecida em 2002, de 10 por cento para as interligações”, fazendo com “que se torne realidade até 2020” e que suba para 15 por cento em 2030. Refira-se que estes eram os objectivos que Portugal vinha a propor há mais de um ano.

Em termos nacionais, permitirá a Portugal produzir e exportar mais energia para os estados da União Europeia, o que até agora se encontrava impossibilitado pela limitação da interligação a menos de 1,5 por cento entre as redes de Portugal e de Espanha e a da França, que é um grande produtor de electricidade, nomeadamente de origem nuclear. Na cimeira, o executivo francês mostrou “empenho na concretização destes projectos”, declarou o Primeiro-Ministro.

Embora a meta seja indicativa, foi criado um quadro de garantia e financiamento que asseguram a sua concretização, com responsabilização da Comissão Europeia pela monitorização e apresentação dos respectivos resultados, fazendo-a “liderar um processo que garanta que as metas serão cumpridas”. “O futuro presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, disponibilizou-se para incluir financiamento» para a concretização das ligações”, afirmou o Primeiro-Ministro.

Com este compromisso “a União Europeia passou a dispor de melhores condições para produzir e consumir energia mais limpa, mais barata, e mais segura, para ajudar ao seu desenvolvimento económico”, acrescentou.

Passos Coelho afirmou que falou com o presidente eleito da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, que “se disponibilizou para incluir no pacote de 300 mil milhões de euros este tipo de projectos de interconexões”, para que Portugal e Espanha se possam ligar ao mercado

Europeu de energia e aumentar a exportação de energia. A interconexão das redes permite o transporte de electricidade e de gás sendo que actualmente a Península Ibérica é considerada uma ‘ilha energética’ devido às baixas interconexões existentes.

Este acordo é “fundamental para a criação de um efectivo mercado europeu de energia e estratégico para a diversificação das fontes de abastecimento da Europa, que poderá assim reduzir a sua dependência no futuro em relação ao gás russo, uma fragilidade que se tornou evidente com a actual crise da Ucrânia”, sublinhou também Rui Machete. Para Portugal e Espanha, “esta é uma oportunidade única para dinamizar a exportação da electricidade produzida a partir de fontes renováveis e o abastecimento de gás à Europa através do gás proveniente do norte de África ou dos Estados Unidos, potenciando e rentabilizando as infra-estruturas já existentes, designadamente o porto de Sines”.

Rui Machete entende que as empresas têm nesta área “uma oportunidade para o acesso ao mercado de energia, num patamar de equidade, em maior convergência com o restante mercado da Europa Central, o que representa um novo paradigma de competitividade para as empresas portuguesas e para as empresas espanholas”.

Em comunicado, o ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, afirmou que o “acordo representa uma grande vitória de Portugal”. “Em primeiro, lugar porque, como sempre defendemos, o pacote Clima e Energia, pela primeira vez, passou a incluir uma quarta meta: as interligações. Fomos o primeiro, e durante muitos meses, o único país a defendê-lo. Inclusivamente, formalizámos, há um ano, de forma pioneira, uma proposta ambiciosa de quatro metas para a UE”, pode ler-se.

**Comunicado do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sobre o acordo Clima e Energia 2030 alcançado no Conselho Europeu de 23 e 24 de Outubro**

1. Este acordo sobre Clima e Energia, no Conselho Europeu que contou com activa participação do Primeiro-

-Ministro, reveste-se da mais elevada importância. Em matéria de Clima, com este acordo, a UE vai a tempo de liderar os debates sobre o sucessor do Protocolo de Quioto, no próximo ano em Paris. Em matéria de energia, cria as condições para um verdadeiramente mercado europeu, com benefícios para a economia e para os consumidores.

2. Este acordo representa uma grande vitória de Portugal:

Em primeiro, lugar porque, como sempre defendemos, o pacote Clima e Energia, pela primeira vez, passou a incluir uma quarta meta: as interligações. Fomos o primeiro, e durante muitos meses, o único país a defendê-lo. Inclusivamente, formalizámos, há um ano, de forma pioneira, uma proposta ambiciosa de quatro metas para a UE.

Em segundo lugar, conseguimos resgatar a meta falhada de 10% fixada em 2002, em Barcelona. Doze anos volvidos, a Península Ibérica tem níveis de apenas 1,5 por cento de interligações com França. A esmagadora maioria dos Estados tem, já hoje, níveis de interligações superiores a 30 por cento. Com este acordo, não só recuperámos a meta de 10 por cento, como assegurámos - e isso era o mais importante - um processo e um roteiro que garanta, com urgência, a sua concretização:

- passou a haver um calendário (a meta tem de ser concretizada com urgência e sempre antes de 2020);

- passou a haver um mecanismo de responsabilização e de coordenação (a CE terá de monitorizar periodicamente propostas concretas que assegurem o cumprimento da meta, deixando de estar dependente das lógicas nacionais);

- passou a haver um reforço do financiamento. No âmbito do Fundo Connecting Europe Facility, apenas 5.8b€ se encontravam disponíveis. Ora, as necessidades para os primeiros projectos críticos da lista de projectos de interesse comum (PCI) - que ainda não incluem sequer os necessários para atingir os 10% - são superiores a 17b€. Assim, com este acordo já não estamos dependentes das parcas verbas existentes do Connecting

Europe Facility e a CE fica responsabilizada por encontrar os financiamentos necessários;

- ficou garantido que os nossos projectos passarão a ter prioridade no financiamento.

Em terceiro lugar, conseguimos fixar, pela primeira vez, um objectivo para 2030: 15% de interligações. Sendo que, também neste caso, existirão mecanismos de monitorização e reporte para que a meta, de facto, se concretize.

## Este é um bom acordo para a UE.

Com as interligações, teremos um mercado da Energia.

Com as interligações, a UE conseguirá atingir os seus objectivos ambientais ao mais baixo custo, permitindo que as energias renováveis se produzam onde os recursos são mais abundantes e, portanto, o custo mais baixo.

Para Portugal, tal traduz uma verdadeira mudança de paradigma. Mais do que apenas atingir metas domésticas de renováveis, ajudaremos os outros países a cumprir as suas metas, atraindo investimento e criando emprego.

## Regras orçamentais credibilizam os estados-membros

“Não quero entrar em considerações sobre escolhas individuais de política orçamental e económica, essa é uma tarefa que cabe à comissão Europeia (...). Mas é muito importante recordar que é decisivo que as regras que os próprios Estados-membros fixaram e decidiram possam ser cumpridas”. O Primeiro-Ministro defende que é o cumprimento das regras que dá “credibilidade” e afirmou que “independentemente do grau de flexibilidade com que possam ser aplicadas” é importante que “sejam cumpridas” e que não existam dúvidas quanto a isso.

“Claro que sabemos que é preciso dar espaço ao crescimento, na medida em que possamos ser bem-sucedidos no que respeita ao cumprimento das regras, seja ao nível orçamental seja na coordenação das políticas económicas”.

O Primeiro-Ministro disse ainda que todos os Estados-membros devem dar o seu “contributo” para uma “agenda de reforma estrutural”, que possa aumentar as “possibilidades de crescimento [económico] no futuro”. “Para países como Portugal é essencial que todo o conjunto europeu possa propiciar a recuperação que não prejudique os esforços que nós realizamos”.

## Ébola: resposta da UE é crucial para evitar “pânico”

Pedro Passos Coelho advertiu, no Luxemburgo, para a necessidade de a resposta da UE à ameaça do vírus Ébola ser “firme” mas “proporcionada”, para evitar reacções de pânico como aconteceu com a gripe das aves. Falando no final de uma reunião com o Primeiro-Ministro luxemburguês, Xavier Bettel, por ocasião de uma visita oficial ao Luxemburgo, na véspera de participar num Conselho Europeu em Bruxelas, onde o Ébola acabou por ser um dos assuntos abordados pelos líderes da UE, Passos Coelho, disse que é necessário encontrar um “equilíbrio”. “As nossas medidas de protecção relativamente à ameaça do vírus devem ser proporcionadas aos esforços que é possível realizar sem criar uma reacção de pânico relativamente à doença”, para dessa maneira “evitar situações como no passado”, como sucedeu designadamente com a gripe das aves, “ocasião em que a resposta foi bastante desproporcionada e acabou por se gerar uma reacção em toda a sociedade bastante distante da ameaça” que se estava a enfrentar.

Ainda assim, admitiu a necessidade de “acções



efectivas, que precisam de ser coordenadas em termos europeus”, dada a mobilidade que existe dentro da UE, e para não haver grandes assimetrias entre os Estados-membros na forma como se responde a esta ameaça. “Mas a resposta deve ser proporcionada à ameaça”, sublinhou.

Pedro Passos Coelho efectuou uma visita oficial ao Luxemburgo, nos dias 22 e 23, antes de rumar a Bruxelas para um Conselho Europeu. Nesta sua visita de quase 24 horas ao Luxemburgo, Passos Coelho teve uma agenda

preenchida, destacando-se reuniões com o seu homólogo luxemburguês, Xavier Bettel - com quem rumou na quinta-feira para Bruxelas -, um encontro com a comunidade portuguesa, na embaixada de Portugal no Luxemburgo. A visita ao Grã-Ducado do Luxemburgo, onde residem cerca de 110 mil portugueses, que representam um quinto da população do país, surge na sequência de um convite de Xavier Bettel, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro luxemburguês, em Março passado, a Portugal, numa das suas primeiras visitas oficiais após tomar posse.

Em Famalicão

# Despesa pública “tem vindo a baixar”



A despesa pública ainda não baixou o suficiente para que o Estado possa aliviar a carga fiscal “quanto baste” e aumentar o investimento público “na medida das necessidades”. Na opinião do Primeiro-Ministro, bastaria que o Estado não tivesse sido obrigado, pelo Tribunal Constitucional, a repor os subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos e pensionistas para que Portugal tivesse tido “um resultado orçamental muitíssimo melhor”. “Se essa medida [corte de subsídios] tivesse feito o seu caminho, o nível de despesa que temos hoje era significativamente mais baixo, o resultado orçamental era muitíssimo melhor e provavelmente estaríamos a pensar agora, com a economia a crescer previsivelmente 1,5 por cento para o próximo ano, que aumentos e actualizações poderíamos fazer”, afirmou.

Face à obrigatoriedade de repor subsídios, acrescentou, o Governo tem de pensar que tipo de cortes vai “poder desfazer e devolver”. “Parece que não, mas é uma diferença muito grande”, sublinhou.

Para Passos Coelho, a despesa pública “tem vindo a baixar” ao longo dos últimos anos, mas não “o suficiente para garantir que o Estado possa aliviar a carga fiscal quanto baste e aumentar o investimento público na medida das necessidades”. O Primeiro-Ministro criticou ainda os que, “todos os anos”, por ocasião da discussão do Orçamento do Estado, retomam a discussão em torno do “timing” do regresso a 2011.

“Qualquer Orçamento que não reponha rapidamente [o que se cortou] é mau, já devem ter reparado nisso com certeza na discussão pública que se faz, como se fosse bom voltar a 2011 e a uma situação em que o país não tinha condições para se bastar e teve de pedir dinheiro emprestado”, disse ainda.

Passos Coelho falava durante a apresentação do Gabinete de Apoio ao Empreendedor, criado pela Câmara Municipal de Famalicão, para atrair investimento para o concelho.



O Primeiro-Ministro em Valença e Arcos de Valdevez

# “Ampla debate nacional” sobre matérias importantes



Para o Primeiro-Ministro, a prioridade é continuar as reformas, e por essa razão, defende a necessidade de o Governo e da oposição encontrarem “um amplo debate nacional sobre matérias importantes”. “Gostaria muito que nós conseguíssemos fazer um amplo debate nacional sobre estas matérias que são importantes. Os governos duram o que têm que durar nos termos da Constituição e desde que não haja crises (...). Temos este tempo ainda para que o Governo governe e para que a oposição faça oposição, mas entre quem governa e quem faz oposição tem de haver espaço para discutir os problemas do país”, afirmou Pedro Passos Coelho, na Casa das Artes de Arcos de Valdevez, dia 21.

São os problemas que atravessam os cidadãos que merecem a atenção e preocupação do executivo. “Agora andam várias pessoas interessadas em discutir a antecipação das eleições, há sempre que goste de se distrair com conversas que dizem pouco às pessoas e quando chega a altura de discutir coisas que são mesmo importantes, dizem que só discutem depois das eleições”, apontou Passos Coelho. Portugal “problemas que se arrastaram durante muitos anos” e, apesar do Governo procurar nos últimos três anos resolver muitos deles, “permanecem aspectos estruturais que são muito relevantes e que precisam de ser devidamente respondidos”.

Na manhã de dia 21, na Câmara Municipal de Valença, naquela que foi a passagem de um chefe de governo nos últimos 25 anos por este município do Alto Minho, Passos Coelho criticou aqueles que “sabem alimentar-se da desgraça e que olham agora gulosamente para as eleições”. “Crescer dá trabalho, ter projectos bem-sucedidos dão trabalho (...). As coisas não caem do céu, dão trabalho, exigem esforço (...), disse, acrescentando ter “a impressão de que nem todos remaram para o mesmo lado”, nomeadamente “os que olham agora gulosamente para as eleições”.

Segundo Passos Coelho, Portugal vai ainda enfrentar



“durante muitos anos um nível elevado de dívida pública”. “São restrições reais”, “as coisas são como são”, salientou, acrescentando que “a pior crise que pode acontecer ao país é ter um governo que faça de conta”. Para o chefe do Governo, “o melhor favor que o Estado pode fazer aos cidadãos é saber comportar-se com parcimónia”, não acrescentando dívida à dívida existente. “E é isso que Portugal vai precisar de fazer durante uns anos”, frisou.

O Primeiro-Ministro destacou a necessidade de Portugal saber aproveitar com rigor os próximos fundos comunitários. “Temos que gastar bem cada euro que tivermos”, disse, sublinhando que na próxima década o país terá os fundos comunitários como única fonte de financiamento. “Esperamos que, desta vez, estes próximos sete anos sirvam para convergir com a média europeia

em vez divergir”, disse. Passos Coelho acrescentou que este quadro comunitário de apoio (2014-2020) “tem que ter regras diferentes das dos precedentes”, mostrando-se convencido de que hoje “todos têm a noção muito aguda desta necessidade”. A passagem por Valença terminou com uma visita a uma fábrica de produtos alimentares congelados, de capitais luso-espanhóis.

O líder do governo alertou ainda que os aspectos estruturais existentes no país “não se respondem nem num mês nem num ano, demoram vários anos a produzir resultados”. Quanto à reforma do Estado, revelou que “ainda há muito a fazer nessa medida” e apelou ao contributo do poder local. Em resposta ao presidente da Câmara de Arcos de Valdevez, João Esteves, que pediu apoios para a regeneração urbana, qualificação da estrada nacional que liga o concelho a Ponte da Barca e



depois a Orense, bem como contribuir para o aumento da competitividade das empresas na região, Pedro Passos Coelho afirmou que “o apoio aparecerá consoante as possibilidades que o Governo e o Estado têm”.

### Transferência de hospitais para Misericórdias “é um dever”

A transferência da gestão dos hospitais das Misericórdias para aquelas instituições “é um dever, não é um favor”, ressaltou o chefe do executivo, quando participava na inauguração da Unidade de Cuidados Continuados (UCC) da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. O protocolo para o biénio 2015/2016, em preparação, deverá assim incluir “a primeira grande fase de transferência dos chamados hospitais das Misericórdias para as Misericórdias”. “Devolvê-los à sua proveniência, mantendo a sua vocação e ainda assim conseguindo ganhos de eficiência na ordem dos 25 por cento”, sustentou.

O novo protocolo tem vindo a ser preparado com a União das Misericórdias, a União das Mutualidades e com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS). “Eu tive ocasião de receber já os

representantes destas instituições que tiveram com os respectivos ministros do Governo uma reunião de trabalho para conseguirmos programar os nossos protocolos e apoios para os próximos dois anos”. Passos Coelho adiantou que o novo acordo, além da área social, será estendido à saúde e educação. “O que estas instituições desenvolvem é um trabalho de natureza e relevância públicas que toda a gente reconhece e a verdade que fazendo desta maneira nós conseguimos resultados muito melhores do que simplesmente se o Estado utilizasse os seus serviços, e os impostos dos cidadãos, para ir ao encontro das necessidades das pessoas”, afirmou.

O equipamento recém-inaugurado pelo Primeiro-Ministro em Arcos de Valdevez, onde foi distinguido com o título de “irmão de honra” da Santa Casa, representou um investimento de 1,9 milhões de euros. A UCC dispõe de 24 camas garantidas através de protocolos celebrados entre a Santa Local, a Segurança Social e o Ministério da Saúde. Está ainda dotada de centro de fisioterapia e recuperação.

Além da prestação de cuidados continuados a estrutura dispõe de várias respostas como lar de idosos e crianças em risco, creche, jardim-de-infância, apoio domiciliário e serve ainda 800 refeições diárias no âmbito das cantinas sociais.

### Famílias sem filhos não serão prejudicadas em sede de IRS

O Governo criará “uma espécie de cláusula de salvaguarda que impedirá que famílias sem filhos sejam prejudicadas” no âmbito da nova reforma do IRS. Na realidade, esclareceu o Primeiro-Ministro, a reforma do IRS “não quer prejudicar os que têm menos filhos”, mas sim “dar um incentivo aos que têm mais filhos”. Com a reforma do IRS para 2015, o Governo deu um “pequeno sinal às famílias com mais filhos de que podem beneficiar de uma dedução no pagamento dos impostos”, realçou.

O objectivo do Governo não é pôr em causa as famílias com menos elementos mas sim “estimular e incentivar aqueles que decidam ter mais filhos”. Contudo, esta reforma do IRS não será suficiente para alterar a demografia em Portugal, adiantando ser, por exemplo, “preciso depois ver horários de trabalho e apoios sociais”. “Todas as políticas terão que ser integradas para que possamos mesmo inverter esta tendência numa década”, finalizou.

### Colocação de professores deve ser competência a descentralizar

A colocação de professores constitui “é uma competência que pode ser descentralizada”, defendendo a descentralização em áreas como a educação, a saúde e o apoio social. Pedro Passos Coelho, que se deslocara a Valença do Minho, afirmou que estas são “claramente três áreas de políticas sociais que o Estado tem hoje toda a vantagem em que parte delas possa passar para os municípios ou entidades intermunicipais”. “Ainda não conseguimos que a transferência de competências possa abranger a colocação de professores”, disse, adiantando estar a fazer a afirmação num ano lectivo “com tantas bolandas a acontecer em torno da colocação”.

Segundo o chefe do Governo, as “autarquias podem fazer um acompanhamento muito mais responsável e eficiente dos projectos educativos em melhores condições do que o Ministério em Lisboa” e o mesmo se verifica para os cuidados de saúde. “Não há nenhuma razão para que, do horário de funcionamento à política de fixação de recursos, tudo seja tratado em Lisboa” e mediado por entidades como as administrações regionais de saúde, frisou.

No seu discurso na Câmara Municipal de Valença do Minho, Passos Coelho afirmou estar convicto de que será possível encontrar “uma plataforma de confiança para transferir competências”.



# Fernando Reis toma posse como secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário



O Presidente da República, Cavaco Silva, acompanhado pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, deu posse ao novo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Fernando José Egídio Reis, durante a sua cerimónia de tomada de posse, no Palácio de Belém, em Lisboa, 21 de Outubro 2014. Fernando Reis, que substituiu João Grancho, é professor de História, foi adjunto de Nuno Crato, nos primeiros meses de mandato, e encontrava-se agora à frente da Direcção-Geral da Educação.

Fernando Reis definiu como “maior preocupação” do Ministério da Educação e Ciência as compensações devidas aos alunos prejudicados pelos atrasos na colocação de professores. “Estamos a solicitar aos directores das escolas que nos indiquem, tendo em conta as soluções já concretizadas, quais são as necessidades que ainda têm, porque há escolas que já resolveram o problema e outras que têm, em função de situações concretas, necessidade de medidas específicas. E, portanto, não podemos implementar em todas as escolas a mesma solução”, afirmou aos jornalistas o novo secretário de Estado, no final da cerimónia. Fernando Reis acrescentou que o Ministério da Educação e Ciência tem já “algumas dezenas de solicitações” e que está “em condições de começar a despachar e a remeter para as escolas os recursos” pedidos.



Pedro Passos Coelho no encerramento das III Jornadas Parlamentares

## A pensar no país em primeiro lugar

O Primeiro-Ministro classifica o Orçamento do Estado para 2015 como um “orçamento de coerência” e de coragem, porque o Governo continua a colocar os “interesses do país” à frente de interesses partidários e eleitorais. Pedro Passos Coelho criticou o facto de o PS pedir eleições antecipadas, dizendo que também aqui se verifica uma coerência: “Nós continuamos a pensar no país. E o PS continua a pensar só nas eleições.” Passos Coelho voltou a convidar o Partido Socialista para discutir com a maioria “um acordo para a reforma da Segurança Social antes das eleições legislativas”, que considera ser essencial para a sustentabilidade do sistema de pensões. Sobre o calendário eleitoral deixou um aviso: “O julgamento [popular] só vai ser feito daqui a um ano. Ainda temos muito trabalho pela frente”. O Primeiro-Ministro exemplificou com o aumento do salário mínimo nacional, lembrando que o mesmo “foi congelado pelo PS em 2010”. Passos Coelho garante que este é um orçamento de “esperança” e elogiou a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

O líder do PSD considera que nunca houve um governo nem um orçamento com “tanta transparência” e que tivesse sido tão “escrutinado” como o seu executivo. Num momento bastante aplaudido pelos deputados, Passos Coelho sustentou que mesmo descontando o peso dos juros da dívida e dos efeitos dos cortes salariais, a “despesa desceu e continua a descer”. “Reduzimos a despesa pública de forma sensível. Não reduzimos mais pelas restrições de natureza jurídico-constitucional conhecidas”, frisou.

O Primeiro-Ministro aludiu às eleições legislativas de 2015, afirmando que “à medida que se aproxima o fim do mandato há gente, fora da maioria, que fica ansiosa” e afirmou esperar que o tempo que medeia até às eleições “seja de rigor”. “Que seja um tempo de rigor, na forma como executamos o orçamento, na maneira como expomos aos portugueses as nossas dificuldades, as nossas esperanças e na maneira como vai ser prestada informação aos portugueses que hão-de decidir”, disse, reiterando que falta um ano para isso acontecer.

Passos Coelho sublinhou ainda que o Orçamento do Estado para 2015 mostra que se o Governo não tivesse “nas costas” o peso de “um ‘stock’ da dívida imenso” conseguiria, pelo segundo ano consecutivo “ter um excedente orçamental”. “Coisa inédita na história da democracia. Para o ano o excedente será superior a 2 por cento”, sublinhou.

### Maria Luís Albuquerque

#### Desagravamento fiscal no próximo ano

Para a ministra de Estado e das Finanças, a proposta de Orçamento do Estado para 2015 dá início a um de-



sagravamento dos sacrifícios impostos nos últimos três anos, com a economia em recuperação. “A proposta de Orçamento, em conjunto com outras iniciativas em diplomas autónomos, tem presente a importância de iniciar a reversão gradual das medidas de carácter transitório e de desagrar os sacrifícios exigidos aos portugueses nos últimos três anos”, declarou Maria Luís Albuquerque, na sessão de abertura das jornadas parlamentares conjuntas do PSD e do CDS-PP, na sala do senado da Assembleia da República, dia 24.

Segundo a ministra das Finanças, “as famílias deverão registar um aumento do poder de compra em 2015”, perspectiva-se um “aumento de rendimento de muitos pensionistas e trabalhadores do sector público” - devido à eliminação ou redução de cortes nos respectivos rendimentos. “Em 2015, também empresas contarão com uma melhoria”, acrescentou, referindo-se à diminuição do IRC.

Na intervenção que fez perante os deputados do PSD e do CDS-PP, aberta à comunicação social, Maria Luís Albuquerque voltou a defender que a proposta de Orçamento para 2015 combina rigor com apoio à economia. “Hoje, as bases para o crescimento económico estão construídas e permitem olhar o futuro com mais esperança, mas devemos olhá-lo com a mesma responsabilidade e com o mesmo sentido de determinação”, afirmou, no final do seu discurso.

Maria Luís Albuquerque reiterou a ideia de que manutenção da meta do défice nos 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) exigiria “um novo aumento generalizado de impostos”, que o Governo quis evitar. Segundo a ministra de Estado e das Finanças, “tendo presente que cerca de 75 por cento da despesa pública corresponde a rubricas rígidas e sujeitas a enormes pressões de crescimento, seria extremamente difícil definir novas medidas de redução da despesa de dimensão expressiva”.

De acordo com Maria Luís Albuquerque, o executivo PSD/CDS-PP teria, por isso, de fazer “alterações das taxas associadas às principais categorias de impostos” e, ponderando o impacto que isso teria na recuperação da confiança dos agentes económicos, “optou por não introduzir um novo aumento generalizado de impostos”, revendo a meta do défice para 2,7% do PIB.



Antes, a ministra das Finanças apontou a entrada em vigor do novo sistema europeu de contas e as decisões do Tribunal Constitucional sobre normas orçamentais como dois factores que “alteraram significativamente as circunstâncias” da consolidação das contas públicas. Em 2014, “a evolução mais favorável do mercado de trabalho, a recuperação da procura interna e os resultados do combate à fraude e evasões fiscais” foram condições que “dispensaram medidas de consolidação adicionais” para o cumprimento da meta de 4 por cento de défice, alegou.

Quanto a 2015, a ministra das Finanças disse que foi feito um esforço para encontrar novas medidas, mas o resultado só permitiu reduzir o défice para 2,7 por cento do PIB: “O Governo começou este esforço pela definição de novas poupanças do lado da despesa, destacando-se a introdução de um tecto máximo para o recebimento das prestações sociais, bem como o ajustamento da contribuição extraordinária sobre as pensões de elevado valor, e a intensificação dos esforços no âmbito da reforma do Estado. Foram ainda aprovadas medidas não fiscais do lado da receita, bem como reforçadas as medidas pontuais consideradas para o próximo ano”.

**Paulo Macedo**

**Consenso político quanto ao futuro do SNS**

O ministro da Saúde defende que o consenso político sobre a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS) “deveria ser materializado num acordo” pelos partidos. Paulo Macedo indicou três domínios a que esse acordo deveria dar resposta: quais os fundos a afectar ao SNS, que tipo de inovação ter e a que preço garantir formas de financiamento. O governante, assinalando que todos os hospitais passam a integrar o perímetro do orçamento de Estado, realçou que o OE2015 para a Saúde contempla um decréscimo das verbas cobradas aos utentes e o aumento das contribuições da indústria farmacêutica para o financiamento do sector.

O ministro garantiu discutir com os grupos parlamentares, e apoiado pelo Ministério das Finanças, mais dinheiro para os hospitais, sobretudo para aqueles que estão em falência técnica. “Estamos a encarar e vamos discutir com os grupos parlamentares a possibilidade de virmos a ter aumentos de capital nos hospitais que tenham aumentos subscritos por diversos governos anteriormente, e que nunca foram realizados, e também que estão em situação de falência técnica”.

Passando em revista o orçamento para a saúde, o ministro apontou que o Hospital de Lisboa Oriental será “o único grande compromisso de obras na área social que o Governo apresenta”. E destacou, igualmente, que este é “o primeiro Orçamento em que todos os hospitais foram incluídos no perímetro do Orçamento do Estado”. Os “impactos em termos da dívida e do défice sido minimizados pelo trabalho feito ao longo dos últimos anos”, justificou.

Paulo Macedo referiu-se ainda aos incentivos para médicos que se estabeleçam no interior do país: “Entende-se que devia ser um mecanismo degressivo, ou seja, um incentivo maior no primeiro ano e depois ser reduzido, mas poder ser um instrumento importante para



uma maior fixação de médicos no interior”.

Como nota final, o ministro fez um balanço de algumas concretizadas. “Herdámos vários nessa situação, apesar dos cerca de 2 mil milhões de euros de dívida que já regularizamos adicionalmente e apesar dos 400 milhões de euros de conversão de dívidas em capital que fizemos no início deste ano”.

**Nuno Crato**

**Ministério da Educação aposta “na qualidade” do ensino**

“As coisas estão a caminhar no bom sentido. Temos muito a fazer pela educação de adultos, claro que temos, mas temos muito a fazer pela educação dos nossos jovens, e o que os números mostram é que estamos



no bom caminho". Foi desta forma que o ministro da Educação e Ciência começou o seu discurso nas jornadas, considerando que parte do debate público sobre o Orçamento do Estado para 2015, no que se refere ao seu ministério, "foi mal colocado, ou propositadamente mal colocado por certos intervenientes, porque foi feita uma comparação entre a execução de 2014 e o Orçamento do Estado de 2015, não tendo em conta vários factores".

"Se nós fizermos uma comparação entre o Orçamento do Estado inicial de 2014 e o Orçamento do Estado inicial de 2015, nós vemos que os valores são bastante comparáveis", sustentou, acrescentando que "a execução de 2014, por uma série de factores, teve algumas subidas, que não têm efeito em 2015".

Nuno Crato argumentou que é preciso ter em conta "uma série de medidas que foram tomadas em 2014 e que não serão tomadas em 2015", como o pagamento de "50 milhões de ADSE", que não vão ser pagos no próximo ano "pelo facto de ter saído da esfera dos ministérios".

Nuno Crato declarou que o ministério aposta "na qualidade" do ensino, mencionou que "o inglês foi tornado obrigatório por este Governo" e que essa obrigatoriedade vai ser estendida de quatro para seis anos, e destacou que "de 2010 para 2013 a taxa de abandono escolar diminuiu cerca de 10 pontos percentuais". "Era 30 por cento, está em cerca dos 20 por cento. Estamos orgulhosos de 20 por cento? Não, não estamos orgulhosos de 20 por cento, queremos ir mais longe, mas estamos orgulhosos de termos conseguido reduzir a taxa de abandono escolar durante este Governo, com grandes dificuldades económicas, mas com sucesso na qualidade educativa".



**Rui Machete**  
**"Poder financeiro" e "sofisticação inédita" do Estado Islâmico**

Na sua intervenção perante os deputados, Rui Machete sublinhou que "ao aderirem a movimentos terroristas," os jovens portugueses colocam-se a eles próprios em risco e passam a constituir um risco para a nossa sociedade, para a segurança do país, sem margem para qualquer enviesamento ou inversão de valores". Sublinhando que o autodesignado Estado Islâmico (EI) é "uma organização criminosa e terrorista", Machete defendeu que "nenhum membro da coligação internacional poderá permitir qualquer tipo de concessão".

"Como ministro dos Negócios Estrangeiros, compete-me defender isso mesmo". Sobre a participação de combatentes estrangeiros nas fileiras do EI, Rui Machete recordou que, no caso português, "é do conhecimento geral que este problema se restringe a um reduzido número de cidadãos". "Mas, tal como noutros países da coligação internacional promovida pelo Presidente [dos Estados Unidos] Obama, esse facto não impede que se coloquem questões de muito difícil resolução no que respeita à reintegração destes cidadãos na sociedade, uma vez que estará em causa a prática de actos criminosos".

Rui Machete referiu ainda que "a abordagem a este

tema tem de evidentemente obedecer à necessária discrição" e assegurou que o ministério que dirige, "garantindo a articulação nesta matéria ao nível bilateral e multilateral, através dos canais políticos e diplomáticos, mantém, ao nível interno, uma estreita colaboração e articulação com as autoridades nacionais competentes".

O governante alertou depois para o "poder financeiro" e a "sofisticação inédita" do recrutamento deste movimento terrorista, "uma ameaça para a qual os responsáveis políticos têm a obrigação de alertar, de dissuadir", o que argumenta ter feito na entrevista à Rádio Renascença.

O ministro elogiou "o trabalho da diplomacia portuguesa" a eleição de Portugal para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, esta terça-feira, e o "acordo decisivo" alcançado hoje para a interligação do país às redes energéticas europeias.



**Aguiar-Branco**  
**"Vamos ganhar as eleições, porque somos melhores que António Costa"**

"Não vamos ganhar as próximas eleições, porque somos menos maus que António Costa; nós vamos vencer as próximas eleições, porque somos melhores. Também não vamos ganhar as eleições apenas pela obra feita durante este mandato, a minha convicção é que vamos vencer por tudo aquilo que esta obra permite fazer no futuro", declarou José Pedro Aguiar-Branco.

Depois de falar do sector da defesa, Aguiar-Branco elogiou a acção do Governo PSD/CDS-PP em geral, sustentando que foram feitas "verdadeiras reformas estruturais" e que se operou "uma mudança de mentalidades no país" e uma "alteração do modelo de desenvolvimento económico", tendo alguns "campões nacionais" ficado para trás nesse processo.

"Há quatro anos, a ideia para gerar riqueza assentava sobretudo na construção, nas grandes obras públicas e privadas, era um modelo de desenvolvimento assente em cinco ou seis grandes campeões nacionais, que arrastavam consigo muitas outras empresas de pequena e média dimensão. Quatro anos depois, a verdade é que alguns desses campeões ficaram para trás, mas o resto dos milhares de empresas continuam a fazer pela vida, a serem mais eficazes, a venderem mais e a exportarem mais", disse.

O ministro da Defesa alegou que "o Governo criou uma nova doutrina, que ultrapassa a pura lógica partidária", e que "a partir de agora, nenhum Governo no futuro poderá voltar a ganhar eleições prometendo auto-estradas ou de uma forma simples dizendo que vai reduzir impostos, seja de que partido for".

Aguiar-Branco acusou o PS de António Costa - vencedor das primárias para a escolha do candidato socialista a primeiro-ministro, contra António José Seguro - de "falta de ideias", mas logo a seguir desvalorizou o maior partido da oposição.

"Não temos de estar preocupados em saber se o líder do PS é o António José Seguro ou o António Costa. O que nos deve a nós preocupar é o que temos de fazer



nos próximos quatro anos", declarou. "Temos de consolidar todas as mudanças que fomos capazes de fazer", acrescentou.

Quanto ao sector da defesa, Aguiar-Branco reivindicou ter mudado "quase tudo, mas sempre sem colocar em causa a operacionalidade das forças armadas e mais, que era o que estava em causa há três anos" - numa crítica ao anterior Governo do PS.

**Miguel Macedo**  
**Reforço da capacidade das forças de segurança**

O ministro da Administração Interna traçou um panorama da sua área de tutela, referiu dados da reorganização e das poupanças conseguidas desde 2011 e prometeu dar continuidade ao "reforço da capacidade das forças de segurança e dos serviços de segurança".

Miguel Macedo apontou a conclusão das alterações às leis orgânicas da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) prioridades "no imediato" e, a este propósito, voltou a falar na necessidade de "compatibilizar melhor o exercício de funções das duas forças de segurança", uma matéria que qualificou de "melindrosa".

Segundo o ministro da Administração Interna, a "compatibilização" de funções, "por arrastamento", implicará "um esforço de racionalização de algum dispositivo", mas vai "trazer também clarificação".

**Paula Teixeira da Cruz**  
**"Interesses" tocados por reforma da justiça**

"Vamos continuar a ter notícias sobre isto todos os dias, não tenho dúvidas nenhuma, porque ao reformar e ao fazermos as reformas que fizemos e as outras que se avizinham, tocámos em interesses. Aliás, estranhava já que não tivesse sido aproveitado nenhum outro pretexto", afirmou Paula Teixeira da Cruz.



A ministra enumerou uma série de notícias sobre a ausência de processos na plataforma informática Citius e recusou que faltem quaisquer processos. “Não faltam processos no Citius, o que estava na versão dois [da plataforma do Citius] está na versão três”, disse. Para a ministra, estas notícias são divulgadas porque “quem reforma toca em interesses, cria condições para o fim da impunidade”. “Isto está à vista de toda a gente: cria condições para o fim da impunidade, tem que apanhar, obviamente, mesmo que as mentiras tenham que ser ditas todos os dias e desmentidas todos os dias pelos próprios operadores judiciários. Viu-se a posição dos conselhos superiores, viu-se a posição dos magistrados do ministério público, viu-se a posição dos próprios solicitadores”, argumentou.

“Fui muito bem recebida no congresso dos solicitadores, se eles tivessem sem poder trabalhar e parados, eu teria sido bem recebida? Mas não, é preciso dizer todos os dias, todos os dias, primeiro faltam 3,5 [milhões de processos], depois faltam 1,2 [milhões de processos], depois são desmentidos, não sei amanhã quantos é que vão faltar, falha-me a imaginação. O que eu quero deixar claro é que vamos continuar a ter notícias destas”, sustentou. Ainda sobre a alegada ausência de processos, a ministra sublinhou que “não podia faltar nada” porque foram feitos “dois ‘backups’ de tudo”.

Paula Teixeira da Cruz disse já ter o relatório sobre “o que terá sucedido durante o tempo em que a plataforma do Citius apresentou deficiências profundíssimas”, que “será reencaminhado para as instâncias próprias”. “Houve sempre um acompanhamento, aquilo que aconteceu a 1 de Setembro não era de todo previsível, não só era previsível como não era expectável, como tinham sido feitos testes”, concluiu.

**Miguel Poiares Maduro**  
**PS não deve usar fundos europeus no “combate político”**



“Faço aqui um apelo ao Dr. António Costa, é o não procurar fazer dos fundos, matéria estrutural de imensa importância, um instrumento de combate político, sobretudo quando isso assenta em factos que não são verdadeiros”, afirmou o ministro. Poiares Maduro, que tinha acusado na sexta-feira, António Costa de “incompetência ou má-fé” quando criticou o Governo sobre o aproveitamento dos fundos europeus, disse admitir que o autarca tivesse falado “por ligeireza ou por ter sido mal aconselhado”.

Poiares Maduro sublinhou que a anterior liderança do PS “teve a responsabilidade” de “não usar os fundos como instrumento de combate político”. O governante disse que o executivo espera “estar em condições de abrir avisos e concursos” relativos às candidaturas ao financiamento europeu “nas próximas semanas”.

“A nossa expectativa ter 5 por cento do novo quadro, em conjugação com a finalização da execução do QREN, já executado no final do próximo ano”, adiantou, comparando esta taxa de execução com “os 1,9% em igual



período” atingidos pelo anterior governo PS.

Poiares Maduro acrescentou que a expectativa do Governo é também ter até ao final do ano 87 por cento de execução dos fundos do anterior quadro comunitário, acima da taxa de execução de 63 por cento da média europeia. “Não sei se as afirmações do Dr. António Costa nesta matéria é porque está mal aconselhado ou é por ligeireza. Relativamente à questão do próximo ano, quem o aconselhou ou ele próprio, parece ter confundido os fluxos e os movimentos de tesouraria entre o Estado português e a União Europeia, que são o quadro que está no Orçamento do Estado para 2015, com o volume de investimento dos fundos que é uma coisa totalmente diferente”, disse.

As terceiras jornadas parlamentares conjuntas entre o PSD e o CDS-PP decorreram na Assembleia da República, dias 24 e 25 de Outubro. Foram quinze, no total, os oradores do Governo - treze ministros, o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, e o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho - nestas jornadas dedicadas ao tema “Portugal - Crescer com responsabilidade”. Os outros dois oradores foram os líderes parlamentares do PSD, Luís Montenegro, e do CDS-PP, Nuno Magalhães, com discursos na abertura e no encerramento destas jornadas - das quais irão resultar propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2015 na especialidade.

Luís Montenegro em entrevista

# “O PSD vai ganhar as eleições legislativas”



*Em entrevista ao PÚBLICO a propósito das jornadas parlamentares conjuntas que hoje [dia 24] começam, o líder parlamentar do PSD diz que é possível a coligação renovar a maioria absoluta. E que o PS é “um partido muito interessado”.*

*No arranque das jornadas parlamentares do PSD/CDS, Luís Montenegro admite que os membros do Governo “podem e devem fazer mais combate político”. Até porque acredita na possibilidade de renovar a maioria absoluta. O líder da bancada social-democrata sustenta que o importante é que, se os partidos decidirem concorrer em listas separadas, isso não resulte em “ruptura” ou “conflitualidade”.*

**O CDS diz que neste orçamento há moderação fiscal, a ministra admite haver aumento da carga fiscal. Em que é que ficamos?**

Este é um orçamento que revela uma recuperação do rendimento das famílias e que simultaneamente continua a concretizar uma reforma de competitividade na economia. É um orçamento que comporta o aumento do salário mínimo, que faz recuperar 20% da diminuição salarial dos funcionários públicos com rendimentos acima dos 1500 euros [os que tinham tido cortes] e que não onera as pensões que tinham complemento extraordinário de solidariedade (CES). É um orçamento que revela uma inversão da tendência que, infelizmente, o país teve de assumir de sobrecarga fiscal.

**Há medidas que podem reduzir o IRS, como o quociente familiar, mas que são absorvidas por outras taxas como as da fiscalidade verde. Não há aqui um aumento da carga fiscal?**

A questão da fiscalidade verde/IRS tem um efeito neutral. Mas o que há é uma recuperação do rendimento que é a grande referência deste orçamento. Não podemos esquecer que, há três anos, estávamos a discutir um OE que cortava os dois subsídios na administração pública e um no sector privado. E há dois anos cortava um subsídio na administração pública. E a tudo isso acrescia um congelamento de progressões e a CES.

**Há margem para a maioria fazer alterações substanciais à proposta de OE?**

Faremos um trabalho de especialidade que é apanágio destes processos orçamentais. Certo é que, não sendo este OE constituído por medidas mais restritivas, como em anos anteriores, não temos essa margem, mas é por boa razão. Não há um nível de restrição de rendimento que possamos modelar. Isto não significa que não haja medidas que não possam ser aprimoradas.

**O PSD mostrou vontade em negociar com o PS a reforma do IRS e a fiscalidade verde. Negociar o quê?**

A reforma do IRS não é apenas uma reforma de taxas, é mais do que isso. São as regras de aplicação, há aspectos de simplificação que estão já muito desenvolvidos, como aspectos de mobilidade geográfica, que se prendem com a relação que o Estado tem com os contribuintes nas próximas décadas. É inacreditável que o maior partido da oposição não possa estar disponível para alicerçar estruturas sólidas dos principais sistemas. Só uma liderança fraca é que tem medo de fazer uma aproximação ao Governo. O PS nunca esteve disponível para fazer grandes compromissos para o futuro. Só quando estava no Governo. Porquê? Porque o PS na oposição

teve sempre uma liderança fraca.

**A liderança mudou.**

A liderança mudou mas a política continuou. É a mesma, com caras que, de resto, estão muito comprometidas com aquele que tem sido o discurso do PS. O PS apresenta-se hoje como um partido muito interessado, que só está a tentar aproveitar e potenciar focos de descontentamento. É um PS que tem um novo líder que se tem escondido e tem escondido as suas políticas. Há uma certa arrogância na forma como o PS se apresenta, quer achando que já ganhou as eleições, quer achando que pode mobilizar o país só com ideias genéricas. Creio que os portugueses vão penalizar essa arrogância.

**O que é que o PSD gostava de levar para a mesa de conversações na reforma fiscal?**

Temos uma boa base: uma proposta de reforma do IRS e da fiscalidade verde e das políticas de natalidade, que podem ser mais aprofundadas no Parlamento, e nos limites dos tectos máximos da despesa pública. Sem um compromisso de longo prazo de contenção da despesa pública, não é possível ter estabilidade financeira, nem é possível criar condições para baixar impostos.

**Se diz que a maioria não tem margem para fazer alterações substanciais, como é que pode estar disponível para negociar?**

Falei do exercício orçamental de 2015. Outra coisa é a reforma do IRS e da fiscalidade verde a médio e longo prazo, essa está aberta como orçamento - à discussão e à participação do PS, como aconteceu com a proposta de IRC.

**E se o PS estivesse disposto a negociar a redução de 1% da sobretaxa de IRS com uma compensação?**

Ninguém tem mais desejo de baixar os impostos do que nós no PSD ou no CDS-PP. A vontade é a mesma. O que não podemos é fazer isso a qualquer custo. A última experiência de baixa de impostos numa situação de vulnerabilidade financeira foi em 2009, ano de eleições. O PS subiu salários e baixou impostos e no ano seguinte cobrou aos portugueses a triplicar.

**Mas o CDS, que tem acesso à mesma informação financeira que o PSD, acha que era possível baixar 1% na sobretaxa do IRS...**

Há um só Governo. A solução sobre a sobretaxa é engenhosa, mas é muito positiva. Faz reflectir no contribuinte a vantagem de termos uma boa execução orçamental. Se isso tivesse sido aplicado este ano, não havia sobretaxa. Esse foi o sentido da proposta construída por todo o Governo. Que no início nem todos tivessem a mesma opinião, é natural. No PSD também não estamos de acordo no início das discussões ou da coligação.

**Mas há um partido que acha que é possível e o primeiro-ministro acha que não.**

Não vale a pena insistir. É um erro que haja responsáveis da coligação a querer esclarecer a opinião pública sobre o que foi uma discussão interna de posições que podiam ser diferentes no princípio. O que interessa é que esta solução é a do Governo, é a do PSD e do CDS-PP. Aquilo que gostava era que todos os dirigentes da coligação pudessem afirmar os méritos da solução, que é de todos. Essa discussão, se teve lugar, é interna ao Governo.

**Mas que foi tornada pública pelos próprios...**

Repito. O que eu desejo é que na coligação todos se concentrem em afirmar com convicção as ideias e as políticas.

**E acha que as bases dos partidos estão convencidas?**

É importante, para que o Governo cumpra a sua missão e para que os partidos tenham uma relação de confiança com os eleitores que possa dar azo ao seu objectivo: renovar a maioria absoluta.

**Acha que é atingível?**

Acho que sim. A questão essencial é perguntar aos portugueses qual é o melhor Governo. Se é aquele que foi protagonizado pelo PS, pelo engenheiro Sócrates, por António Costa, Ferro Rodrigues, Vieira da Silva, ou se é o Governo de Passos Coelho, Paulo Portas, Maria Luís Albuquerque e Pires de Lima, que têm estes resultados económicos e financeiros. Se na coligação quiserem distrair a opinião pública com questões ultrapassadas, esse trabalho será dificultado. Todos nesta maioria devem estar concentrados no essencial. Os membros do Governo, e os ministros em particular, devem aproveitar o seu espaço de intervenção pública para afirmar estas ideias. Nós precisamos que os membros do Governo comuniquem mais com o país, que estejam mais perto do terreno, e que possam ser veículos da nossa capacidade de motivação e de mobilização.

**Não acha que esta solução do crédito fiscal vai ter custos eleitorais?**

Eu creio que a solução é responsável. É uma relação de transparência, de responsabilidade, que o Governo encontrou e que é feliz. O importante, nesta fase, é que não haja opiniões nem pessoais nem partidárias, seja do PSD ou do CDS, sobre esta matéria. É crucial para afirmação do nosso projecto político.

**Acha que o CDS não está a ajudar na renovação da maioria absoluta?**

Acho que, na coligação, todos devem concentrar-se na mensagem essencial da maioria. As opiniões parcelares ou pessoais são secundárias quando queremos afirmar um projecto político para o país. Isto deve ser entendido com tranquilidade e não deve ser uma forma de ignorar que, nos pontos de partida, podemos ter opiniões diferentes. Agora, se vamos andar toda a vida a querer afirmar essas opiniões, vamos contribuir para que as

pessoas não tenham confiança neste projecto.

**Acha que essa linha do combate político é compatível com a estratégia do “que se lixem as eleições”?**

Chegados ao momento eleitoral, temos de fazer duas coisas. Temos de prestar contas do que fizemos. Temos de explicar bem que este Governo, comparativamente a qualquer outro desde o 25 de Abril, tem argumentos para demonstrar o seu sentido social, o sentido de justiça, na distribuição de rendimentos e de sacrifícios. Não temos conseguido fazer isso aproveitando todos os argumentos que temos. As pessoas na rua não têm consciência plena do esforço de justiça social que o Governo fez. Nós na maioria ainda não fomos capazes de mostrar às pessoas coisas tão importantes como isto: não ficou ninguém para trás nos últimos três anos e meio, há muita gente a passar por dificuldades e a sofrer, mas o Estado garantiu a esses o apoio social.

**Mas o desemprego que afectou milhares de famílias...**

Já temos menos desemprego e estivemos numa circunstância delicadíssima. Numa situação que era a pior de todas, o Estado social respondeu às pessoas, mas nós na maioria nem sempre conseguimos demonstrar que assim foi.

**Acha que deve haver coligação pré-eleitoral com o CDS?**

Acho que há condições para que os dois partidos se apresentem às eleições com a ambição realista de obter a maioria absoluta no Parlamento. Chegará o tempo em que os partidos terão de tomar essa decisão, mas o objectivo deve ser o mesmo: obter a maioria.

**É mais atingível indo juntos?**

Do ponto de vista eleitoral, é prematuro tirar conclusões. Do ponto de vista político, o mais importante não é antecipar a decisão, mas que essa discussão não prejudique a performance do Governo e da maioria até ao último dia da legislatura. Os partidos têm de gerir esse assunto com responsabilidade, porque as duas opções terão vantagens e inconvenientes. O importante é que os dois partidos fixem um objectivo comum e sobretudo que não prejudiquem a imagem colectiva que temos junto dos eleitores.

**Mesmo que não haja acordo, há condições para a coligação continuar a governar?**

Há todas as condições, nós já o fizemos no passado e não foi por causa disso que perdemos as eleições. Este Governo vai cumprir a legislatura até ao fim.

Em caso de não haver maioria do PS, o PSD deve estar disponível para uma solução que viabilize um executivo? O PSD vai ganhar as eleições legislativas.

**Mas se não vencer.**

Vai vencer. E eu gastarei até às minhas últimas energias, todas elas, para cumprir esse objectivo.

**Gostava de ver Santana Lopes como candidato a Belém?**

Os candidatos presidenciais devem nascer de uma vontade individual. Há muita gente na nossa área política com condições. É o caso de Santana Lopes, Marcelo Rebelo de Sousa, Rui Rio e outras figuras como Leonor Beza e Marques Mendes. Devemos aguardar as disponibilidades.

©Público – Sofia Rodrigues



# Marco António Costa em Penafiel e Matos Rosa em Abrantes

O coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido Social Democrata (PSD), Marco António Costa, presidiu ao jantar do primeiro ano de mandato da coligação "Penafiel Quer", dia 25. Por sua vez, o secretário-geral José Matos Rosa participou numa sessão com militantes e simpatizantes do PSD de Abrantes.



# “Múltiplos desafios” no combate aos crimes graves

A ministra da Justiça assinalou, dia 20, no 69.º aniversário da Polícia Judiciária (PJ), os “múltiplos desafios” no combate à criminalidade grave, que exigem “mais do sistema policial”. Paula Teixeira da Cruz sublinhou “a dimensão e as formas evoluídas e complexas da criminalidade” no presente e sustentou que se deve “assegurar uma resposta eficaz a fenómenos insidiosos e cada vez mais opacos aos métodos tradicionais de investigação”. “O catálogo destas novas realidades criminógenas é amplo”, referiu a governante, aludindo à “criminalidade organizada transnacional” e à “criminalidade económico financeira, nomeadamente a corrupção, a fraude fiscal, ou o branqueamento de capitais”.

A ministra referiu-se ainda à “criminalidade violenta” e aos “crimes contra menores, incluindo a pornografia e os abusos sexuais”. Paula Teixeira da Cruz notou que todos estes crimes “caem na esfera de competência da PJ e que, a cada novo dia, são perpetrados de forma mais estruturada, organizada e complexa”.

No discurso a assinalar o aniversário, a ministra destacou ainda “a cibercriminalidade, fenómeno de dimensão inquestionável e que tem vindo a aumentar, fruto do fácil acesso e utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, com os efeitos nefastos que pode assumir na vida dos cidadãos, das empresas e das administrações públicas”. Frisou que a Europol considera “a cibercriminalidade como uma ameaça crescente para a União Europeia” e lembrou que o Conselho de Ministros de Justiça de Junho último “designou a cibercriminalidade como uma das prioridades europeias no quadro do combate à criminalidade grave e organizada, para o período 2014-2017”.

Recordou ainda a aprovação recente da Directiva 2013/40/UE, de 12 de agosto de 2013, sobre “os ataques aos sistemas de informação, instrumento que será de extremo relevo para o combate deste fenómeno ao nível da Europa”. Por isso, acrescentou, a cibercriminalidade “exige da PJ uma permanente actualização e um investimento na especialização dos seus recursos humanos, a par da indispensável actualização técnica”.

“A PJ depara-se com enormes exigências que, certamente, saberá responder com o empenho, dedicação, mérito e excelência que todos lhe reconhecemos. Não há, neste domínio, respostas eternas, nem procedimentos permanentemente eficazes. O crime evolui, ultrapassa fronteiras, e as polícias têm de andar, se possível, um passo adiante”, afirmou.

Acentuando que é necessário “concentração, racionalização e especialização de meios, mas também adaptação às novas formas de criminalidade”, Paula Teixeira da Cruz referiu que foram descongeladas as progressões na carreira e aumentou-se “para o dobro o subsídio de piquete”.

“Mantivemos no Orçamento do Estado as excepções para a PJ, temos garantido orçamento para novos peritos já este ano e acabamos de pedir mais de 100 novas admissões”, declarou.

## Polícia Judiciária deteve 1.696 pessoas por crimes graves

A Polícia Judiciária (PJ) deteve 1.696 pessoas, por crimes graves, e apreendeu 11 milhões de euros em dinheiro, no período de um ano, revelou Almeida Rodrigues, director daquele órgão de investigação criminal. Do universo de detidos, de 20 de Outubro de 2013 ao dia de hoje, 40 por cento foram sujeitos a prisão preventiva, “197 são presumíveis homicidas, 235 assaltantes à mão armada, 75 sequestradores, 113 incendiários, 196 violadores e abusadores de crianças, 258 traficantes de drogas e 13 traficantes de pessoas”.

Por ocasião do 69.º aniversário da PJ, Almeida Rodrigues



afirmou ainda que “a acção meritória e empenhada dos investigadores” da corporação permitiu também apreender 909 armas de fogo, 3.241 quilos de cocaína, mais de 2.466 quilos de haxixe e mais de 200 quilos de ouro.

“Foram arrestados 104 imóveis, apreendidos 409 instrumentos financeiros, no valor total que ronda os 38 milhões de euros. Só em dinheiro, foram apreendidos mais de 11 milhões de euros. E foi ordenada a suspensão de 47 operações bancárias, cujos montantes globais ultrapassa os 40 milhões de euros”, acrescentou.

No mesmo período, Almeida Rodrigues afirmou que 365 viaturas automóveis e oito embarcações usadas no tráfico internacional de drogas foram igualmente apreendidas. Ressalvou ainda que “o Gabinete de Recuperação de Activos, estrutura recentemente criada na dependência da PJ, procedeu à apreensão de bens susceptíveis de perda a favor do Estado, avaliados no valor de mais de 26 milhões de euros”.

Almeida Rodrigues salientou que a PJ abriu “28.209 inquéritos, 32.463 exames laboratoriais, 343 perícias financeiras/contabilísticas e 7.021 perícias informáticas”.

O director da PJ afirmou que, num “tempo de contenção da despesa pública e quando se exigem grandes

sacrifícios aos portugueses”, a PJ se deparou “com dificuldades na execução orçamental, que, naturalmente, dificultaram a concretização de alguns projectos de investimento”.

“A PJ, pelos serviços prestados ao país, por servir unicamente o Estado de Direito Democrático, pelas exigências e pela nobreza da sua missão”, que “pode exigir o sacrifício da própria vida aos funcionários que a servem, não pode ficar refém de conjunturas economicamente adversas ou de messiânicas teorias avulsas que vêm na parametrização conceptual a solução para todos os problemas”, salientou.

Almeida Rodrigues advogou que as competências funcionárias e as normas estatutárias da PJ “carecem de sedimentação e de um amplo consenso político que as subtraia às constantes tentações reformistas oriundas de vários quadrantes e que, potenciando a incerteza, são geradoras de disfuncionalidades”.

Por essa razão, o director da PJ observou que a necessidade de “elaboração e aprovação dos instrumentos jurídicos que reputamos essenciais à materialização de uma investigação criminal absolutamente isenta e unicamente ao serviço do Estado de Direito Democrático e da realização da Justiça”.

# Portugal eleito para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas



A Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu na terça-feira, dia 21, Portugal, para o Conselho de Direitos Humanos. É a primeira vez que o país integra este organismo que observa a protecção e a promoção internacional dos direitos humanos. Portugal e a Holanda (que recebeu 172 votos) concorriam às duas vagas do grupo dos países ocidentais, necessitando de um mínimo de 97 votos, correspondentes a uma maioria absoluta de votos favoráveis num universo de 193 países votantes.

O mandato decorrerá entre Janeiro de 2015 e Dezembro de 2017 e a candidatura portuguesa foi apresentada há três anos. A eleição, que decorreu no âmbito da 29.ª reunião plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, contou com a presença do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português, Rui Machete.

Na votação correspondente ao grupo da “Europa Ocidental e outros”, houve 192 votos válidos e seis abstenções, com Portugal a receber 184 dos 186 votos. Itália e Grécia receberam um voto cada. O lema da campanha portuguesa para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) foi “Construir pontes e promover o diálogo para atingir a universalidade dos direitos humanos”.

De acordo com fonte oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal baseou a sua candidatura em dois eixos da política externa nacional: no empenho em estar representado nos principais órgãos e em ter um desempenho activo nas organizações internacionais e numa tradição de defesa e promoção dos direitos humanos a nível internacional. O terrorismo internacional, em especial a questão do ISIS [Estado Islâmico do Iraque e da Síria, e os conflitos em África e Médio Oriente serão tidos como “os problemas mais prementes”.

No final da votação, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete declarou à Rádio ONU estar “muito contente e muito satisfeito” com a eleição. O governante dirigiu um agradecimento à Assembleia Geral da ONU, considerando que a eleição “confirma o trabalho, dedicação e interesse” de Portugal, particularmente na área dos direitos humanos.

Rui Machete destacou que Portugal foi “o país mais votado” no seu grupo – Europa Ocidental e outros -, registando-se apenas duas abstenções. A Holanda, o outro país candidato neste grupo, alcançou 172 votos.

Em declarações à Lusa, fonte oficial do ministério dos Negócios Estrangeiros destacou que nunca antes um país dentro deste grupo obtivera “uma votação tão expressiva” na eleição para este órgão das Nações Unidas, que funciona desde 2007. “Tudo isso confirma que estamos a fazer um trabalho que é apreciado e que a nossa propensão para o diálogo e entendimento e a maneira construtiva como nos temos comportado têm sido apreciadas pelas Nações Unidas”, considerou.

O chefe da diplomacia portuguesa garantiu que Portugal continuará empenhado numa “política de multilateralismo, que procura encontrar consensos e construir pontes” e quer ajudar os países a aplicar os direitos humanos na prática. Este trabalho deve, segundo o ministro, ser desenvolvido “em equipa” e envolver por todos os países que integram o Conselho.

Esta é a primeira vez que Portugal é eleito para o CDH. No passado, integrou a Comissão para os Direitos Humanos por três vezes (1979-1981, 1988-1993 e 2000-2002). Com sede em Genebra, o CDH reúne 47 países, com a seguinte repartição geográfica: 13 membros africanos, 13 asiáticos, oito da América Latina e Caraíbas, sete da Europa Ocidental e outros e seis da Europa de Leste. Reúne-se pelo menos três vezes por ano, num total de 10 semanas, em sessões ordinárias, que geralmente decorrem em Março, Junho e Setembro.»

Na eleição, efectuada por voto em urna, foram eleitos 15 novos membros para o CDH: Arménia, Bangladesh, Bolívia, Botsuana, Congo, El Salvador, Gana, Índia, Indonésia, Letónia, Holanda, Nigéria, Paraguai, Portugal e Qatar.

# Relações entre Portugal e o México estão “no seu melhor momento”

O secretário de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, Luís Campos Ferreira, afirmou que as relações entre Portugal e o México estão “no seu melhor momento destes 150 anos, não só em trocas comerciais, mas também naquilo que é o potencial desta área”. Luís Campos Ferreira proferiu estas declarações durante uma visita oficial ao México, onde sublinhou a importância do desenvolvimento deste país que «cresce, economicamente, a quase dois dígitos» e «tem necessidades que as empresas portuguesas conseguem colmatar muito bem», a nível de infra-estruturas, tecnologias da educação, inovação e sector automóvel.

Campos Ferreira considera que “a atmosfera é muito favorável a que as empresas portuguesas sejam bem aceites” e acrescentou que o tecido industrial bem como o ‘know-how’ português na área da construção “casam muito bem com as necessidades que o México tem”.

De acordo com o secretário de Estado, “as relações estão muito para lá do que é o fluxo económico” e manifestam-se também aos níveis cultural, artístico e até religioso, pois os mexicanos, na maioria católicos, mostram grande curiosidade sobre Fátima e o seu santuário. Presentemente decorre na Cidade do México uma exposição, intitulada “Portugal Te Marca”, que inclui 120 fotografias de grande formato com imagens de paisagens, gastronomia, moda e indústria, e também de personalidades portuguesas, como o prémio Nobel da Literatura José Saramago, o futebolista Cristiano Ronaldo, e a fadista Amália Rodrigues. A exposição prolonga-se por cerca de 1.5 quilómetros ao longo do Paseo de la Reforma, uma rua emblemática da capital, que é atravessada diariamente por um milhão de pessoas.



## Fiscalidade verde foi debatida nos últimos meses



Jorge Moreira da Silva lembrou que o tema da fiscalidade verde foi debatido durante dez meses e potenciou uma “alteração de comportamentos” positiva para o país, com CGTP e UGT a contestarem a ideia. “Se há matéria que foi alvo de participação dos vários parceiros, com uma centena de organizações que formularam as suas propostas, foi o tema da fiscalidade verde”, declarou o ministro.

O governante enalteceu as medidas da fiscalidade verde, presentes na proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2015, definindo que as mesmas pretendem contribuir para uma “alteração de comportamentos” com benefícios fiscais. “Hoje toda a gente tem a noção que com a fiscalidade verde, os 150 milhões de euros da fiscalidade verde, estamos a financiar o desagravamento do IRS tendo em atenção o número de filhos e ascendentes a cargo”, disse.

Os impostos previstos são, contudo, aqueles relativamente aos quais o Governo espera “que as pessoas possam deles fugir”. “Isto é, quando aplicamos uma taxa sobre os sacos de plástico, não queremos que as pessoas paguem a taxa dos sacos de plástico, esperamos que as pessoas deixem de utilizar os sacos de plástico”, sublinhou.

As centrais sindicais, por seu turno, definiram as medidas como um novo esforço fiscal para as famílias, que contrastam com necessários investimentos para a economia.

# Conselho de Ministros de 23 de Outubro

1. O Conselho de Ministros aprovou a criação da Comissão Interministerial de Coordenação da Resposta ao Ébola, com o objectivo de coordenar as respostas e decisões políticas de carácter intersectorial e transversal.

A Comissão é coordenada pelo Ministro da Saúde e integrada pelos membros do Governo responsáveis pelos Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna e Infra-estruturas e Transportes, e por representantes dos Governos Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

É assim reforçada a coordenação ao nível político do trabalho já desenvolvido pela Plataforma de Resposta à Doença pelo Vírus Ébola, que integra a Direcção-Geral da Saúde, o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P., o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., o Infarmed, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., as Administrações Regionais de Saúde, I.P., a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e as Forças Armadas, bem como representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

2. O Conselho de Ministros aprovou a criação do procedimento especial para o registo de propriedade de veículos adquirida por contrato verbal de compra e venda, visando simplificar a regularização da propriedade.

Este regime especial permite que o registo seja requerido apenas pelo vendedor, com base em documentos demonstrativos da transmissão, com notificação à parte contrária a cargo do serviço de registo.

Torna-se assim possível efectuar e acelerar o registo de propriedade de veículos a favor do actual proprietário, sem prejuízo para a segurança jurídica.

3. O Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e o Plano de Acção para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016.

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências enquadra o desenho e a prestação das políticas públicas nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências e a intervenção da sociedade civil no próximo ciclo até 2020.

O Plano Nacional e o respectivo Plano de Acção inserem-se na linha de continuidade às orientações preconizadas na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, publicada em 1999, e seu Plano de Acção Horizonte 2004, a que o Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 e respectivos Planos de Acção deram sequência, e ainda pelo Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012.

4. O Conselho de Ministros aprovou as minutas de aditamento a dez contratos fiscais de investimento celebrados entre o Estado Português e diversas sociedades e decidiu a resolução de quatro contratos de investimento por incumprimento das condições neles previstas.

Os dez aditamentos a contratos fiscais de investimento são celebrados entre a AICEP, em nome do Estado português e as seguintes sociedades: Somincor - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.; Nobre Alimentação, Lda.; Newplastics, S.A. e a Inapal Plásticos, S.A.; Gypfor - Gessos Laminados, S.A.; dois aditamentos com a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A., e as actualmente denominadas Embraer Portugal - SGPS, S.A. e a Embraer Portugal Estruturas Metálicas, S.A.; dois aditamentos com a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A., e as actualmente denominadas Embraer Portugal - SGPS, S.A. e a Embraer Portugal Estruturas em Compósitos, S.A.; António Madeira Teixeira, Vitória da Silva Teixeira e a Fapricela - Indústria de Trefilaria, S.A.; e Ferpinta - SGPS, S.A. e pela Ferpinta - Indústrias de Tubos de Aço de Fernando Pinho Teixeira, S.A..

Foi declarada a resolução, por incumprimento das condições acordadas, dos seguintes contratos: contrato de concessão de benefícios fiscais à Compagnie de Saint-Gobain, a Saint-Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S.A. e a Covilis - Companhia do Vidro de Lisboa, Lda; contrato de investimento entre o Estado Português e a Labesfal - Laboratórios Almiro, S.A.; contrato de investimento entre o Estado Português e a CHT - Casino Hotel Tróia, S.A.; e contrato de investimento entre o Estado Português e a Prifalésia - Construção e Gestão de Hotéis, S.A..

5. O Conselho de Ministros aprovou a criação da estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), a autoridade de gestão do PDR 2020.

A estrutura de missão é integrada por um gestor, dois gestores adjuntos, uma comissão de gestão e um secretariado técnico e visa a gestão, o acompanhamento e a execução do PDR 2020, com observância das regras de gestão constantes da regulamentação europeia e nacional.

6. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa ao teor de enxofre dos combustíveis navais.

Pretende-se reforçar o contributo para a gradual redução das emissões de dióxido de enxofre resultantes da combustão de gasóleos não rodoviários e navais e de fuelóleo pesado.

7. O Conselho de Ministros aprovou a classificação da Sé de Leiria como monumento nacional, incluindo o claustro, o adro envolvente, a torre sineira e a casa do sineiro.

8. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa relativa à aquisição de bens alimentares e prestação de serviços de apoio à actividade das messes e bares da Polícia de Segurança Pública, para os anos de 2015 a 2017.

Esta aquisição é feita mediante recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia. O contrato a celebrar terá o valor máximo de cerca de 4,1 milhões de euros para o ano de 2015 e, na eventualidade do respectivo contrato vir a ser anualmente renovado em 2016 e 2017, terá o valor máximo de cerca de 4,1 milhões de euros para cada ano, até ao montante máximo de 12,3 milhões de euros.

9. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa relativa à aquisição de bens e serviços para assegurar a manutenção e assistência técnica dos veículos multimarca adstritos ao Comando Metropolitano de Lisboa, Direcção Nacional, Unidade Especial de Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna e Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, para os anos de 2015 a 2017.

Será feito com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia. O contrato a celebrar para o ano 2015, terá um valor máximo de 1,1 milhões de euros, com possibilidade de renovação por mais dois anos (2016 e 2017), com um valor máximo anual de cerca de 1,5 milhões de euros.

10. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa destinada a suportar os encargos do Estado Português com a denúncia da participação de Portugal no Programa NH90, até ao montante de 37 milhões de euros.

Foram determinantes para esta decisão o enfoque financeiro do referido Programa, a sua complexidade e a incerteza quanto ao sucesso e vantagem económica. Refira-se que os encargos financeiros com a continuação da participação no Programa NH90 (aquisição dos helicópteros, equipamentos e sistemas, projectos e desenvolvimento) seria superior a 450 milhões de euros, ao que acresceriam os encargos com o apoio logístico e manutenção dos dez helicópteros NH90, entre 2012 e 2028, de mais de 180 milhões de euros, num total nunca inferior a 580 milhões de euros.

# Duarte Freitas defende descida de impostos para os açorianos

O presidente do PSD/Açores defendeu a “redução dos impostos cobrados aos açorianos” e manifestou-se “confiante” de que será possível “proceder à reposição do diferencial fiscal nos Açores nos termos em que ele era aplicado antes do pedido de assistência financeira internacional feito por Portugal”. Duarte Freitas, que falava numa conferência de imprensa, dia 24, defendeu que “menos impostos significam mais dinheiro para os açorianos e para as empresas dos Açores” pelo que “a reposição do diferencial fiscal é uma medida que deve avançar com urgência, permitindo que as famílias açorianas recuperem rendimentos e fiquem mais bem preparadas para enfrentar a crise que se vive na nossa Região”.

O presidente do PSD/Açores lembrou que a reposição do diferencial fiscal “permitirá devolver aos açorianos cerca de 50 milhões de euros anualmente, o que dá bem conta do impacto muito positivo que a reposição do diferencial terá na economia das famílias e na economia dos Açores”.

Duarte Freitas disse, por isso, “lamentar que a descida de impostos nos Açores, continue a não ser uma prioridade para o governo regional, que não a colocou na agenda de assuntos que pretende abordar com o Primeiro-Ministro durante a sua visita oficial aos Açores. Ou seja, este é um assunto que, infelizmente, nunca foi, verdadeiramente, do interesse do governo regional”.

Para o presidente do PSD/Açores, “a reposição do diferencial fiscal é a medida mais importante que pode ser tomada pelo governo da República para ajudar os açorianos e as empresas dos Açores”. “Nunca desistimos dessa pretensão. Não desistimos aqui na Região e não desistimos quando, no início deste ano, o defendemos no congresso nacional do PSD”, assegurou.

“Passado o período de aplicação do memorando da tripla, este é o momento para decidir reduzir os impostos dos açorianos. Acreditamos que vamos conseguir e tenho esperanças que o Primeiro-Ministro de Portugal responda de forma positiva a esta pretensão dos açorianos”, concluiu.



## “A Ciência nos Açores é um exemplo claro de muitas promessas não cumpridas”



O PSD/Açores acusa o governo regional de “faltar às promessas feitas na área da Ciência”, nomeadamente face “às 1000 bolsas prometidas em 2012, ano eleitoral, que até hoje nunca foram atribuídas, e sobre as quais a tutela nada informa. A Ciência é claramente uma área onde aquilo que se promete não se cumpre, com os nossos governantes a não porem em prática o que dizem”, avançou o deputado António Ventura

A declaração foi feita após uma visita ao Centro de Ciência de Angra do Heroísmo, dia 22, momento em que os deputados social-democratas eleitos pela ilha Terceira realçaram que “continuamos à espera que abram as candidaturas para as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, anunciadas em 2012, altura em o número de bolsas passou de 20 para 60, e em que foi criada uma grande expectativa na comunidade científica”, lembrou.

“Neste momento apenas se conclui que não estão traçados quaisquer objectivos oficiais para a Ciência nos Açores, o que vai impedindo a fixação dos nossos melhores alunos na Região”, afirmou.

O deputado sublinhou que, “é fácil perceber que o que aconteceu de extraordinário em 2012 foi apenas a realização de eleições regionais, pois desde aí nada se acrescentou e continuamos a deixar fugir os nossos melhores talentos para o exterior”. O social-democrata recordou que, em Junho deste ano, e no âmbito do debate legislativo, “o grupo parlamentar do PSD/Açores inquiriu

o governo regional sobre o que estava fixado no Plano a Médio Prazo 2013/2016, e que incluía a disponibilização de 1000 bolsas”.

“A verdade é que estamos já a meio desta legislatura e essas 1000 bolsas não passaram do papel”, criticou, frisando que, “já depois disso, e através de requerimento, voltamos a pedir informações à tutela. Passaram mais três meses e ainda não houve qualquer resposta”.

António Ventura recordou que “o então secretário regional da Educação não quis ou não soube responder à nossa questão. Mas ela mantém-se e é muito simples. A quem, onde e quando foram atribuídas essas 1000 bolsas?”, questionou.



# ESTABELECIDO O RATEIO DOS DELEGADOS DO CONTINENTE AO XII CONGRESSO NACIONAL

(PÁGINA 12)

## ADESÃO À C.E.E.

# ALCANÇOU-SE UM OBJECTIVO NACIONAL PELO QUAL O PSD SEMPRE LUTOU

A Comissão de Relações Internacionais do Partido Social-Democrata congratula-se pela conclusão das negociações de adesão de Portugal às comunidades europeias, em termos que poderão permitir a salvaguarda dos interesses fundamentais do nosso país.

Alcançou-se, finalmente, um objectivo nacional pelo qual o PSD sempre lutou desde a sua fundação, de ligar indissolúvelmente Portugal às comunidades europeias, como está expresso no seu programa de partido, em épocas em que outros caminhavam nas miragens terceiro-mundistas.

Cabe lembrar, neste momento, o empenhamento decisivo de Francisco Sá Carneiro no nosso pedido de adesão e o relançamento das negociações que conseguiu no Governo por si presidido.

Em negociações de extrema dificuldade, envolven-

do doze países, a compatibilização de todos os interesses em causa é tarefa de extraordinária delicadeza.

Contudo, afigura-se que os objectivos fundamentais do nosso país foram atingidos e os nossos interesses vitais salvaguardados, e isto se o problema das relações entre Portugal e a Espanha, objecto de negociações que ainda irão prosseguir, for resolvido em termos que acautelem os interesses perenes de Portugal, nomeadamente no domínio tão sensível das pescas.

Mas, neste momento, a advertência fundamental que cabe fazer aos portugueses é a de que a conclusão das negociações não é um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida para um futuro melhor, que nos cabe conquistar pelo nosso esforço.

Cumpra agora realizar, definido o quadro de desenvolvimento da nossa economia no futuro, todas as transformações estruturais que a modernização da sociedade portuguesa exige, para que o nosso país se possa integrar plena e harmoniosamente nas comunidades europeias.

São estas medidas, há muitos anos enunciadas e defendidas pelo PSD, que cabe agora executar integralmente para que a adesão possa ser sucesso a que os portugueses aspiram, assegurando-lhes as bases de um futuro democrático, num Portugal mais justo e progressivo.

Lisboa, 29 de Março de 1985.

*A Comissão de Relações Internacionais do Partido Social-Democrata.*

Rui Machete

## Processo de escolha do candidato tem de ser feito com tranquilidade e segurança

A realização no próximo sábado, 30 de Março, do referendo no PSD, justifica que as minhas primeiras palavras de hoje sejam para os militantes do Partido.

O referendo destina-se a, por votação das bases, decidir qual o perfil do candidato à Presidência da República que o PSD apoiará. Haverá que escolher se o Partido prefere para a execução com êxito de um projecto de mudança profunda da sociedade portuguesa, um candidato inde-

pendente ou antes que seja um militante seu.

A finalidade do referendo, só por si, exige que os militantes mesmo com sacrifício, votem em massa. Mas é também importante que o uso do referendo constitua um bom exemplo de espírito cívico de um Partido que defende a adopção do método referendário como uma das formas desejáveis de revisão da actual Constituição.

Mas a minha mensagem alarga-se a todo o vasto

eleitorado que vota no Partido Social-Democrata.

O PSD propõe para Portugal um projecto de mudança profunda que dê a todos nós a esperança de construirmos um futuro melhor. Temos necessidade de alterar a actual estrutura económica, diminuindo a intervenção do Estado e libertando a sociedade portuguesa do colete de forças imposto pelos comunistas no 11 de Março de 1975. Precisamos de dotar o País

de um sistema de governo mais eficaz, sempre no pleno respeito das liberdades públicas. Mas temos, sobretudo, de nos empenharmos numa profunda renovação moral do País, que em clima de exigência e de transparência, defenda os valores fundamentais da sociedade portuguesa e elimine a corrupção, o tráfico de influências e o aviltamento dos costumes.

O PSD está no Governo em coligação e saberemos cumprir escrupulosamente

os nossos compromissos no acordo estabelecido. Mas o projecto de mudança do PSD não se esgota no Governo. Pelo contrário, tem um dos seus momentos decisivos de concretização nas eleições autárquicas e nas eleições presidenciais.

O processo de escolha do candidato que o PSD apoiará tem de ser feito com tranquilidade e segurança. Por isso mesmo não poderá ser feito tão depressa quanto a natural impaciência de muitos desejaria.

O referendo com uma votação em força é, porém, o seu primeiro passo. Depois, na altura oportuna, outros se seguirão. Temos condições particularmente favoráveis para que o nosso projecto de mudança seja também, nas eleições presidenciais, um projecto de vitória.

**Intervenção no tempo de Antena do PSD, na RTP (28-3-85)**



# Redes de Conhecimento

Jaime Quesado (\*)

A mensagem que vem de Bruxelas é muito clara – só com uma aposta séria em novas Redes de Conhecimento será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal está esta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, o objectivo das novas redes de inovação e competitividade implica uma mobilização das competências nacionais para uma nova agenda. O futuro de Portugal faz-se com os Portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas redes internacionais de inovação e competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

O Investimento Directo Estrangeiro desempenha neste contexto um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do “IDE de Inovação” associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Novembro de 2014 (sábado) pelas 20h00 na sede sita na Rua de São Pedro, nº 22 – 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00

### ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2014 (quinta-feira) pelas 18h00 na sede sita na Rua Pequena - Almodôvar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00

### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21h00,

na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Balanço do primeiro ano de actividade política

concelhia dos representantes autárquicos locais do partido

2 - Análise da situação política concelhia

3 - Outros assuntos de interesse

### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2014 (sábado) pelas 17h00 na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos de Secção

a) – Mesa da Assembleia de Secção

b) – Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 22h00

### CABECEIRAS DE BAIXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21h00, na Casa do Tempo, em Refojos de Basto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação do plano estratégico 2014-2018

2 - Outros assuntos.

### COIMBRA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 05 de Novembro de 2014, (quarta-feira) pelas 21h00m, na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, sita, Rua Pedro Monteiro, s/n, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações;

2 - Análise da situação política

3 - Apresentação do Orçamento Geral do Estado para 2015

4 - Outros assuntos

### COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Coimbra para reunir, em sessão

ordinária, no próximo dia 08 de Novembro de 2014, (sábado) pelas 15h00, na sede sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

### FARO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 07 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 no Club Farense, sito na Rua de Santo António, nº 30, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Jornadas para divulgação do Orçamento de Estado 2015

### NÚCLEO CENTRAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Central de Lisboa, para reunir no próximo dia 18 de Novembro de 2014 (terça-feira), pelas 21h00, na Sede Distrital de Lisboa do PSD, sita na Praça D. João Bosco, nº 3-B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

### NÚCLEO OCIDENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental de Lisboa, para reunir no próximo dia 06 de Novembro de 2014 (quinta-feira), pelas 21h00, na Sede Distrital de Lisboa do PSD, sita na Praça D. João Bosco, nº 3-B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

### ODEMIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Odemira, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 18h00 na sede sita na Rua Dr. João de Paiva, nº 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00

**OURIQUE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ourique, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 18h00 na sede sita na Rua Dr. Vergílio Saque, 36, com a seguinte Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00

**PAREDES DE COURA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 03 de Janeiro de 2015 (sábado) pelas 20h00 na sede da Junta de Freguesia de Paredes de Coura, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00.

**PORTO DE MÓS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós para reunir, no próximo dia 05 de Dezembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo N.º 2, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ou enviadas até esta data, para o email [olgasilvestre.adv@mail.telepac.pt](mailto:olgasilvestre.adv@mail.telepac.pt)

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

**SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 07 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Calçada de Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Apresentação do Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2015

2 – Escola Prática de Cavalaria de Santarém

3 – Análise da situação política

**SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2014 (quinta-feira) pelas 19h00 no anfiteatro da Biblioteca Municipal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Análise e discussão do primeiro ano de mandato de executivo municipal

2 – Outros assuntos de interesse

**SETÚBAL / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 05 de Novembro de 2014 (terça-feira) pelas 21h00 no Novotel, sito na Rua de Alexandre Herculano, EN 252 10 - Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Orçamento de Estado p/2015

3 – Análise da situação político-partidária

**VIANA DO CASTELO / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, especifica-

mente nos termos do disposto nos Artigos 41º (a requerimento de um terço dos seus membros) e do 68º nº 3, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 07 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditória da AIM – Associação Industrial do Minho, sito no Campo d'Agonia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Moção de censura à Comissão Política Distrital (permanente)

**VIANA DO CASTELO / DISTRIAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditória Municipal Casa de Santo António do Buraquinho – Ponte da Barca, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Análise da situação política distrital e nacional

2 – Outros assuntos

**CONSELHO REGIONAL DE FARO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Faro, no próximo dia 15 de Novembro (Sábado), pelas 16h00, na sede do PSD Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís N.1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política;

2 – Apresentação e Votação das moções ao XXIII Congresso Nacional da JSD.

**LOULÉ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos

aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Loulé, para reunir no próximo dia 6 de Dezembro (Sábado), pelas 17h00, na Sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário

Concelhio da JSD Loulé.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho

Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas

dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das

respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se

informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a

saber: 17h00 – 19h00.

**FELGUEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Felgueiras para reunir no dia 29 de novembro de 2014, pelas 15 horas, na sede do PSD Felgueiras, sita na Rua de Camões, s/n – Margaride (4610-430 Felgueiras), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD Felgueiras

Notas:

As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutaria-

mente o substitua, na sede concelhia do PSD Felgueiras, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

**LOURINHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia da Lourinhã, para reunirem em plenário no dia 7 de Novembro de 2014, pelas 21h30, na Sede Concelhia da Lourinhã, que sita na Rua Adelino Amaro da Costa, lote 27, cave A, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Balanço do ano de mandato do executivo;

2 – Balanço do ano de mandato da JSD;

3 – Novos militantes;

4 – Outros assuntos.

Por lapso dos serviços, vimos por este meio corrigir o horário da seguinte convocatória do XXIII CONGRESSO

**CASCAIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Secção, para reunirem no dia 7 de Novembro de 2014, das 18h00 às 20h00 na Largo da Estação, n.º 4 - 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Delegados ao XXIII Congresso Nacional da JSD

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral no seguinte local: Largo da Estação, n.º 4 - 1.º andar

**VENDAS NOVAS**

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vendas Novas para o dia 5 de Dezembro de 2014 (sexta-feira), pelas 21h, na Albergaria Acez, sita Largo 5 de Outubro, 7080, Vendas Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD Vendas Novas.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Congresso Regional ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23h.

**NÚCLEO DE MACIEIRA DE RATES**

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Macieira de Rates, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2014 (Domingo), pelas 10 horas e 30 minutos, no Edifício Casa da Juventude, sito na Rua Sede de Junta, número 120, Macieira de Rates, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo da JSD de Macieira de Rates.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado no referido local, que para o efeito se encontrará aberto, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Barcelos ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 10h30 e as 12h30.